



MAPA DE RISCOS

Dados do Processo:

Objeto:	Contratação de pessoa jurídica de notória especialização em Direito Administrativo, para consultoria e assessoria jurídica no controle de contas públicas, subsidiando as Secretarias de Educação Básica e Saúde. Contratação por Inexigibilidade de Licitação (Art. 74, III, "c" e "e", Lei nº 14.133/2021).
Nº do Processo Administrativo:	0001520251013000544
Objetivo:	REALIZAR A ANÁLISE DOS EVENTOS DE RISCOS QUE POSSAM COMPROMETER O SUCESSO DA LICITAÇÃO E A BOA EXECUÇÃO CONTRATUAL

OBSERVAÇÃO: Esta análise está sendo realizada na etapa de planejamento da contratação, conforme inciso X do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21, mas são riscos que podem ocorrer e gerar impactos em todas as etapas do processo de contratação.

RISCOS

RISCO 1: PREÇO DA CONTRATAÇÃO SUPERIOR AOS PARÂMETROS DE MERCADO			
Causa	Dano	Probabilidade	Impacto
Pesquisa de preços insuficiente ou enviesada; falta de negociação eficaz com a empresa de notória especialização; ausência de comparativos adequados.	Prejuízo ao erário público; questionamentos de órgãos de controle; alegações de superfaturamento ou direcionamento.	Baixa	Médio
Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
Realizar pesquisa de preços abrangente com empresas de similar especialização. Justificar o valor proposto com base em serviços, horas técnicas e complexidade. Negociar o valor com a empresa.	Setor de Cotações e Planejamento	Defender o valor com base na complexidade e expertise; buscar comparativos adicionais; renegociar o valor; em último caso, desistir da contratação.	Setor de cotações e Setor Jurídico
RISCO 2: CONSULTORIA NÃO ATENDER ÀS DEMANDAS ESPECÍFICAS OU SER DE BAIXA QUALIDADE			
Causa	Dano	Probabilidade	Impacto



Falta de clareza nas demandas da Secretaria; profissionais alocados pela contratada sem o perfil ou experiência esperados; pareceres genéricos ou intempestivos.	Manutenção de riscos jurídicos; falhas na prestação de contas; responsabilização de gestores; ineficácia das políticas públicas.	Baixa	Alto
Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
TR detalhado com escopo claro e SLAs (prazos de entrega de pareceres). Reuniões periódicas com a contratada. Designar fiscal técnico capacitado.	Fiscal de Contrato da Sec. de Educação/Saúde e Setor Jurídico	Notificar empresa para correção; exigir substituição de profissionais; aplicar penalidades contratuais; buscar orientação jurídica complementar.	Fiscal de Contrato da Sec. de Educação/Saúde e Setor Jurídico
RISCO 3: FALHA NA COMUNICAÇÃO E TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE AS SECRETARIAS E A CONTRATADA			
Causa	Dano	Probabilidade	Impacto
Dificuldade de acesso a documentos; demora no envio de informações; falta de canais de comunicação eficientes; resistência de servidores.	Atrasos na emissão de pareceres; informações incompletas; perda de prazos em processos de controle; ineficácia da consultoria.	Baixa	Baixo
Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
Definir canais de comunicação formais e ágeis. Capacitar servidores sobre fluxo de informações.	Secretarias de Educação e Saúde	Intensificar a comunicação; agendar reuniões extraordinárias; mediar conflitos internos; registrar falhas de comunicação para gestão.	Gestores das Secretarias e Fiscal de Contrato
RISCO 4: VAZAMENTO DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS OU DADOS SENSÍVEIS			
Causa	Dano	Probabilidade	Impacto
Falhas de segurança no sistema de armazenamento/comunicação; negligência dos profissionais (próprios ou da contratada); ataques cibernéticos.	Violação de sigilo (Estatuto da OAB); LGPD; danos à reputação das Secretarias; processos judiciais.	Baixa	Alto
Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável



Exigir cláusulas de confidencialidade e segurança da informação. Auditoria nos sistemas da contratada. Treinamento em LGPD/sigilo para equipes.	Setor Jurídico e Setor de TI da Prefeitura	Ativar plano de resposta a incidentes; notificar autoridades competentes (ANPD, OAB); apurar responsabilidades e aplicar sanções.	Setor Jurídico e Setor de TI da Prefeitura
RISCO 5: INCONSISTÊNCIAS NA FOLHA DE PAGAMENTO OU PREVIDÊNCIA			
Causa	Dano	Probabilidade	Impacto
Má orientação jurídica sobre temas de pessoal, benefícios ou previdência; falha na análise de processos com impacto financeiro.	Pagamentos incorretos; glosas de órgãos de controle (TCE); processos trabalhistas/previdenciários; prejuízo aos servidores.	Baixa	Alto
Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência	Responsável
Contratada deve ter expertise comprovada em Direito Previdenciário/Trabalhista. Fiscalização rigorosa dos pareceres.	Setor Jurídico da Prefeitura e RH	Revisar pareceres internamente; buscar orientação da Procuradoria-Geral do Município; corrigir pagamentos; contestar glosas.	Setor Jurídico da Prefeitura e RH